



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO 6º OFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MPEDUC-BA

Referência: **Procedimento Administrativo nº 1.14.004.000119/2024-87**

Memória Resumida da 2ª Escuta Pública do Projeto MPEDuc em Anguera/BA

Aos 18 dias do mês de março de 2025, às 14h00 horas, com os procuradores da República LUDMILLA VIEIRA DE SOUZA MOTA e ADNILSON GONÇALVES DA SILVA, no pátio da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, em Anguera/BA, compuseram a mesa da 2ª Escola Pública do Projeto MPEDUC o senhor Mauro Selmo Oliveira Vieira – Prefeito de Anguera/BA, a senhora Reijane Oliveira Lima Iury – Secretária de Educação Interina, a senhora Regina Couto, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Anguera/BA, o senhor José Bispo Filho – Secretário de Governo, Administração e Planejamento, a senhora Juciélia Oliveira Souza de Oliveira – representante dos gestores escolares, o senhor Jorge Henrique Teixeira de Mendonça – Auditor Federal da CGU e o senhor Murilo José Ribeiro Cerqueira – Diretor do Núcleo Territorial de Educação 19.

Iniciaram-se os trabalhos com a apresentação do Procurador da República **Adnilson Gonçalves da Silva**, que chamou os demais integrantes da mesa e apresentou outras pessoas relacionadas aos trabalhos, a exemplo dos membros da Comissão do MPEDUC em Anguera/BA.

Em seguida, a Procuradora **Ludmilla Vieira de Souza Mota** iniciou a apresentação, agradecendo ao Município, à população e, sobretudo, à equipe do MPEDUC, pelo empenho no desenvolvimento do projeto, destacando expressamente a relevância da participação do Secretário de Educação Renan Iury Mendes Brito, presente na 1ª escuta pública. A explicou, em linhas gerais, o objetivo do projeto, pontuando a importância das melhorias na educação que foram alcançadas a partir do acatamento, pelo Município, das recomendações expedidas pelo Ministério PÚBLICO FEDERAL, relativas a pontos específicos

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO 6º OFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MPEDUC-BA

verificados durante as visitas às escolas e aos eixos temáticos do projeto MPEDUC.

Com a palavra, o Procurador da República **Adnilson Gonçalves da Silva** passou a discorrer sobre cada um dos pontos que foram objeto de recomendação ao Município, em número de 8 (oito), indicando o que foi recomendado e quais as medidas adotadas pelo Município.

1 - Escola em Tempo Integral – o Procurador explicitou que algumas escolas em tempo integral não estavam cobrindo toda a semana, mas apenas alguns dias. Destacou que, em relação a tal ponto, em uma das creches do Município houve ampliação da cobertura semanal e em outras escolas nas quais poucas tardes eram direcionadas à escola em tempo integral, o Município sinalizou a implantação de 5 (cinco) dias de ensino integral na semana.

Outro problema encontrado em relação à Escola em Tempo Integral foi a alimentação, ante a obtenção de informações de que os alunos em tempo integral tinham que ir para casa para almoçar e depois voltar à escola, situação que também recebeu a sinalização do Município quanto ao saneamento.

Ainda sobre a escola em tempo integral, outro ponto objeto de recomendação foi a necessidade de inclusão de atividades desportivas, lúdicas e de ambiente adequado para isso, o que também melhorou com a instalação de parques infantis, liberação da prática de atividades em quadras poliesportivas e desenvolvimento de outras atividades lúdicas, destacando o Procurador que tais mudanças se aproximam do que se espera da educação em tempo integral no aspecto da formação do cidadão.

2 – Conectividade - Acerca da conectividade, quase todas as escolas não dispunham de *internet* para os alunos e, por isso, foi expedida recomendação para que o Município disponibilizasse serviço de provedor de *internet* e computador para uso pelos alunos, obtendo-se a informação do ente municipal de que houve a contratação e aquisição de equipamentos, havendo pelo menos 1 (um) computador por escola para acesso aos alunos, ficando a sugestão aos gestores para disponibilizar ainda mais computadores com tal finalidade.

3 – Conta única – FUNDEB – O Procurador apontou que, inicialmente, foi

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO 6º OFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MPEDUC-BA

observada uma confusão na gestão dos recursos do FUNDEB, que eram recebidos em conta do Banco do Brasil, sendo a maior parte transferida para outra conta [do banco Bradesco], que não estava devidamente identificada como conta carimbada para folha de pagamento do FUNDEB, o que dificultava o acompanhamento e controle dos recursos. Quanto a tal ponto, a gestão municipal indicou a abertura de uma nova conta, garantindo que tem sido utilizada exclusivamente para recursos da folha de pagamento.

4 – Destinação de 70% do FUNDEB para profissionais da educação –

Conforme apontado pelo Procurador, o Município indicou que vem utilizando os 70% dos recursos do FUNDEB para valorização e pagamento dos profissionais de educação.

5 – Merenda Escolar - Acerca da merenda escolar, esta foi uma das principais

fontes de reclamações dos alunos na primeira visita. Quando da aplicação de formulários aos estudantes das escolas, a maior parte dos alunos reclamou da qualidade da merenda escolar, o que foi algo recorrente em algumas escolas, sendo um ponto de atenção do MPF porque uma merenda minimamente nutritiva e saborosa é essencial para que o aluno permaneça em sala de aula, sobretudo os alunos que moram distante das unidades. Em razão disso, após a expedição de recomendação, o Município indicou que reformulou o cardápio, com a inclusão de almoço na escola em tempo integral, e aumentou a quantidade de frutas, hortaliças e proteínas na alimentação escolar.

6 – Aspectos estruturais das escolas – O Procurador apontou que, na

primeira visita, foram encontradas caixas d'água destampadas, falta de portas nos banheiros, sobretudo nos femininos; não havia itens de higiene e limpeza suficientes. De acordo com as informações e fotos encaminhadas pelo Município, em relação a boa parte das escolas os problemas foram sanados com a pintura, reforma de banheiros, colocação de portas, fechaduras e ferrolhos e manutenção elétrica e hidráulica. O ente também apontou a criação de uma biblioteca municipal, com vistas à melhoria da estrutura. O fardamento escolar também foi uma das melhorias observadas, sendo garantido pelo gestor que em breve cada aluno receberá pelo menos 3 (três) pares de fardamento novo com melhor qualidade de tecido.

7 – Prevenção e Combate à Discriminação - No que tange ao combate à

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO 6º OFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MPEDUC-BA

discriminação, o Secretário de Educação, na primeira visita, a partir de relatos de discriminação e *bullying*, foi instado a adotar medidas, sendo indicado pelo Município a intensificação de campanhas de saúde mental, conscientização e promovido o atendimento individualizado de crianças e adolescentes.

8 - Transporte Escolar - A Procuradora da República **Ludmilla Vieira de Souza Mota** explicitou que, na primeira visita, foram encontrados problemas estruturais importantes, como ônibus precários, sem cinto de segurança, sem banco, destacando que, à época, ao que consta, havia uma empresa contratada que aparentemente não tinha capacidade de prestar o serviço. Também foi observado, à época, que os alunos muitas vezes tinham que compartilhar o veículo do transporte escolar com não alunos, destacando que tal irregularidade também se relaciona à gestão dos recursos, pois as verbas devem ser utilizadas apenas para o transporte escolar dos alunos, sendo o estudante prejudicado por essa situação. Pontuou que o Município, caso queira, pode fornecer transporte público municipal para os cidadãos em geral, não podendo fazê-lo, no entanto, com os recursos federais do programa de transporte escolar, sendo necessária, portanto, a realização constante de treinamentos com os motoristas.

Também mencionou a sinalização de que teria sido rescindido o contrato com a empresa anteriormente prestadora do serviço, sendo que o Município passou a fazer a contratação mediante credenciamento dos motoristas, que pode ainda não ser o modelo ideal, mas talvez seja menos pior do que a empresa de uma empresa sem capacidade operacional. Ao que parece, pelas informações prestadas pelo próprio Município, tal alteração também teria gerado uma economia para o município, com a diminuição de custos do transporte, e melhoria de qualidade, reforçando que este, sem dúvida, foi um avanço implementado pelo projeto MPEDUC.

Ainda quanto a tal ponto, reforçou a necessidade de se garantir a segurança de cada criança ou adolescente usuário do transporte escolar, item primordial que compõe a oferta de tal serviço público, apontando que os pais precisam ter a garantia de que seus filhos irão para a escola e voltarão em segurança. Nesse ponto, é bastante sensível a questão da carona em veículos que prestam o transporte escolar, sobretudo pela possibilidade de ocorrer

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO 6º OFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MPEDUC-BA

algum acidente com as crianças ou adolescentes que vão em pé nos ônibus enquanto munícipes que não são alunos são transportados sentados.

Como encaminhamento, a Procuradora estabeleceu um prazo de 30 (trinta) dias para que o Município envie a relação dos veículos do transporte escolar, indicando o número de ocupantes, destacando a necessidade de a Secretaria de Educação intensificar a fiscalização e o treinamento dos motoristas com vistas a evitar esse tipo de situação.

Finalizada a exposição das recomendações, a Procuradora passou a mostrar fotos que demonstram as melhorias implementadas pelo Município em relação à situação anterior.

Ao apresentar as fotos relacionadas ao ponto da escola em tempo integral, também solicitou ao Município, como encaminhamento da reunião, que também no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe as atividades que estão desenvolvidas em todas as escolas de tempo integral, sobretudo para adolescentes, no contraturno.

Ainda durante a exposição das melhorias, ressaltou a presença do diretor do NTE Murilo e indicou a necessidade de a Secretaria de Educação acompanhar a questão do programa estadual de dignidade menstrual para disponibilizar absorventes para as alunas de maneira constante.

Passada a palavra ao Município para se manifestar sobre o projeto e fazer sua apresentação, a Secretaria de Educação interina **Reijane Oliveira Lima** iniciou sua fala agradecendo às pessoas e ao MPF pelo desenvolvimento do projeto, que acabou abrindo os olhos dos gestores para várias situações.

Sobre a escola em tempo integral, informou que, inicialmente, foram tomadas as providências para criação e implementação da Política Municipal de Educação em Tempo Integral. A partir daí, na escola Vítor Bezerra Lola, a modalidade passou a funcionar 5 (cinco) dias por semana, em vez de 4 (quatro), sendo implantado nas demais unidades de forma gradativa.

Segundo a Secretaria, com a perspectiva de também contemplar a escola em

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO 6º OFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MPEDUC-BA

tempo integral, o Município empreendeu agilidade na construção de uma quadra poliesportiva no Povoado Areia e promoveu a cobertura de mais 3 (três) quadras, sendo elas a quadra da escola Vítor Bezerra Lola, a quadra da escola José Bispo e a do Povoado Guaribas, apresentando fotografias da prática de atividades desportivas.

Quanto à instalação de parques infantis, informou que atualmente somente duas escolas não possuem parquinho, sendo escolas que até o ano passado não funcionavam na modalidade de educação infantil.

Passada a palavra ao servidor **Cristinaldo Sampaio Carvalho**, o servidor informou a realização de uma audiência pública para discutir sobre o ensino em tempo integral, uma vez que, embora o MEC exija a regulamentação dessa modalidade por decreto, o Município de Anguera pretende tornar o ensino em tempo integral uma política do município e não apenas da gestão, através de lei municipal, cujo esboço vem sendo construído em diálogo com os órgãos públicos e a sociedade em geral.

Acerca da implantação de pelo menos 5 (cinco) dias de ensino integral, ressaltou que essa ampliação demanda uma análise acerca da manutenção dos espaços e fornecimento de recursos, inclusive humanos, para atender a demanda.

Quanto às atividades desenvolvidas no contraturno, citou aulas de boxe, esportes na quadra da escola Érico Sophia Brandão, oficinas de dança, teatro, contação de histórias, reciclagem, sustentabilidade, fanfarra, atendendo aproximadamente 670 (seiscentos e setenta estudantes).

Em relação às quadras, o Secretário de Esportes **Thiago Mendes Vieira** fez uso da palavra, informando que se encontra em planejamento, já contando com planta baixa, a construção de um complexo poliesportivo educacional contando com estrutura para escolinha de futebol, vôlei e futevôlei, piscina semi-olímpica, refeitórios, aulas de judô, boxe e outros esportes, com expectativa para finalização em até 1 (um) ano e meio.

Em relação à conectividade, a Secretária de Educação **Reijane Oliveira Lima** informou que o Conselho Municipal de Educação – CME, junto com uma comissão, elaborou o complemento do documento curricular referencial municipal para inserção de computação

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO 6º OFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MPEDUC-BA

com vistas a promover a inclusão digital. Além disso, foram contratados os provedores locais de *internet*, com a ampliação da velocidade de *internet* nos lugares onde já tinha. Houve adesão ao PIEC – Programa de Inovação Educação Conectada, do Ministério da Educação, tendo hoje 18 (dezoito) escolas beneficiadas pelo programa. Atualmente todas as unidades têm medidor de *internet* instalado, permitindo o acompanhamento da velocidade de conexão.

Outra medida adotada foi a implantação de alguns espaços de conectividade (educação conectada).

Quanto à oferta de computadores, afirmou que a escola Leônico, contemplada, em tese, com 10 (dez) computadores fornecidos pelo Estado da Bahia, ainda vai receber os equipamentos, que foram direcionados a diversas escolas. Nesse momento Murilo, diretor do NTE, se comprometeu a ampliar o quantitativo de computadores, com mais 10 (dez) computadores fornecidos pelo estado.

O diretor do NTE também aproveitou a fala para informar que visitou a escola estadual Arthur Vieira e que, acerca da política pública de dignidade menstrual, a princípio se trata de um programa estadual, mas tentará inserir o Município nas remessas ordinárias de absorvente para entrega mensal às estudantes.

Continuando a apresentação, quanto à questão da conta do FUNDEB, a Secretaria de Educação informou que o Município tem hoje as duas contas específicas, uma do Banco do Brasil para recebimento dos recursos e outra do Banco Bradesco, para folha de pagamento, ambas carimbadas como contas do FUNDEB.

Sobre a alimentação escolar reconheceu que este foi um ponto muito discutido na última reunião. Como condutas adotadas pelo Município, o ente empreendeu estudos e pesquisas sobre alimentação escolar, elaboração de manual de boas práticas da merenda escolar, capacitações sobre segurança alimentar na escola, adequação do depósito de merenda escolar e aplicação de testes de aceitabilidade aos alunos, medidas impulsionadas pela primeira visita do projeto MPEDUC.

A nutricionista **Thamires de Oliveira Vieira** explicitou, em adição à fala de Reijane Lima, que foram realizados 2 (dois) testes de aceitabilidade em épocas e preparações

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO 6º OFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MPEDUC-BA

diferentes, fazendo algumas modificações no cardápio quanto aos alimentos que não são bem aceitos pelos alunos. Apresentando uma imagem do teste, informou que estes trazem perguntas sobre oferta de alimentação, preparações, alimentos estimados ou não pelo corpo estudantil. Informou que o cardápio, atualmente, oferta 3 (três) das 5 doses necessárias de proteína do dia e, quanto à oferta de frutas e hortaliças, há uma parceria com a agricultura familiar.

Quanto à alimentação escolar de alunos com restrições alimentares, a nutricionista indicou a importância de que os responsáveis encaminhem para o Município os laudos que demonstram exatamente qual a restrição, para melhor atender à demanda de cada aluno.

Quanto à parte formal da alimentação escolar, a Secretária **Reijane** mencionou a estrutura do CAE, que vem sempre melhorando, para que os conselheiros possam ter acesso a todas as informações financeiras do programa.

Em relação à estrutura física das unidades, afirmou que o salto foi enorme, porque foi montada uma equipe que tem trabalhado muito na fiscalização e manutenção rotineira das escolas. Afirmou que, após a visita do MP, diversas benfeitorias foram implementadas, sendo que as demandas observadas na primeira visita foram todas solucionadas.

Com a palavra, **Ana Rosa Pereira Silva** informou da importância de ter uma equipe com trabalho constante, com contato direto com os diretores das escolas. A servidora reforçou a necessidade de a comunidade zelar pelo patrimônio público.

Em relação aos programas de prevenção à discriminação escolar, houve casos específicos resolvidos de forma independente, mas também há programas mais abrangentes de prevenção. Um deles é o projeto “Eu amo minha escola”, que conta com 4 psicólogas, além do projeto “Gentileza Transforma” e campanha “Setembro Amarelo e Verde”.

Quanto ao transporte escolar, não foi considerada uma situação de fácil resolução, mas o município tem caminhado para melhorias. Foi criada uma Comissão Permanente de Supervisão e Fiscalização do transporte escolar, responsável pelas vistorias e

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO 6º OFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MPEDUC-BA

formações, que vão além de conversar com os motoristas. Também foi elaborada a cartilha de transporte escolar.

Afirmou que, no ano passado, após a primeira visita do projeto, aconteceu a primeira vistoria dos veículos do transporte escolar, sendo convocados todos os motoristas e que, na próxima sexta-feira (21/03), será realizada nova vistoria. Nesse momento, ficou consignado que encaminharia cópia do resultado das vistorias ao Ministério Pùblico Federal junto com os demais documentos a serem remetidos em 30 (trinta) dias.

Ainda na temática do transporte escolar, a modalidade de contratação foi alterada para credenciamento, que garante mais publicidade e transparência, permitindo às pessoas acompanhar diretamente a prestação do serviço.

No que se refere ao fardamento escolar, a ordem de fornecimento já foi assinada e a empresa, a partir da assinatura, teria 10 (dez) dias úteis para fornecer o fardamento escolar. Afirmou que, diferentemente do fardamento anterior, cujo tecido foi apontado pelas estudantes como muito fino, causando constrangimentos, os novos kits são compostos de camisa em material 94% algodão e também outro modelo mais leve, mas ainda assim mais encorpado que o anterior. Serão três unidades dentro desse kit e para a educação infantil também será fornecido, como novidade, o short-saia.

Encerrou sua fala agradecendo mais uma vez pela presença dos idealizadores do projeto MPEDUC, por trazer esse projeto para a cidade; agradeceu pela parceria de todo o grupo, notadamente da comissão instituída para desenvolvimento do projeto, finalizando sua fala com uma citação de Milton Nascimento “Se muito vale o já feito, mais vale o que será”.

O Procurador **Adnilson** tomou a palavra para iniciar as falas das pessoas presentes na escuta que se inscreveram, afirmando que cada uma delas teria 3 (três) minutos para suas considerações.

José Augusto Araújo Freitas, vereador, no uso de sua fala, elogiou o desenvolvimento do projeto e a atuação dos membros da mesa, afirmando, no entanto que o tempo de 3 (três) minutos era muito curto em comparação com o tempo que o Município teve, na pessoa da Secretária Reijane, para sua apresentação. Lamentou a ausência do

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO 6º OFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MPEDUC-BA

Secretário Iury e ao final indagou à Procuradora da República Ludmilla Vieira de Souza Mota acerca da legalidade da demolição total de uma escola.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, a Procuradora explicou que, nesta segunda escuta pública, tinha de garantir o espaço do Município para que apresentasse à comissão do projeto e à toda a população as melhores que foram feitas, de modo que não poderia limitar o tempo de fala da Secretaria, que merece nosso respeito. Lamentou, também, a ausência do Secretário Iury, mas deixou claro que ele estava afastado por questões de saúde e que, com certeza, participaria da reunião se tivesse condições para tanto. Dito isso, quanto à pergunta acerca da demolição da creche, não tem conhecimento da situação nem dos motivos de tal demolição, não podendo apresentar respostas prontas a tal questionamento.

Maria Vitória Oliveira, professora, fez um relato breve sobre as quadras, afirmando que existe escola sem quadra, de modo que os alunos estariam sem condições de aulas práticas esportivas. Informou que, em uma determinada escola, viu professores e alunos saindo do prédio escolar a pé, debaixo de sol quente, sem supervisão, até a quadra da Prefeitura. Mencionou que, nas quadras, não há água nem banheiro disponíveis para alunos e alertou quanto aos perigos durante o trajeto da saída da quadra, questionando ao Município como solucionar essa questão.

Nesse momento a Procuradora Ludmilla esclareceu que as perguntas efetuadas ao Município seriam respondidas ao final, para não atrapalhar a dinâmica das falas.

Antônio Márcio Silva, vereador, afirmou que, no período da manhã, acompanhou um pouco trabalho que a comissão desenvolveu e achou o projeto muito engrandecedor para a educação municipal, tendo presenciado na escola Leônio um diálogo da Procuradora, do Procurador e dos demais membros da comissão com a turma de ensino integral, tirando dos estudantes ideias e opiniões para melhoria do Município. afirmou que o município não tem a educação perfeita mas tem uma educação de eficiência e qualidade, e corrigindo esses erros que ainda existem terá uma educação muito mais digna para a população. Informou que, em período anterior, o IDEB do Município era de apenas 2,7 e hoje já estaria em 6,8, tendo certeza que depois do projeto MPEDUC melhorará muito.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO 6º OFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MPEDUC-BA

Maria Clara Silva, membro do Projeto Humanizado, apresentou como demanda situações vivenciadas na Escola Érico Sophia Brandão, mencionando expressamente problemas com a diretora Núbia Vieira e a funcionária Deliane [as quais tiveram oportunidade de apresentar esclarecimentos].

Girlene da Silva, psicopedagoga, afirmou que desde o dia em que chegou na escola Érico Sophia Brandão ficou encantada com a organização, com o trabalho dos colaboradores e com o acolhimento dos colegas, notadamente da diretora Núbia Vieira. Mencionou que tem visto um trabalho de excelência que muitas vezes não é visto nem na rede privada. Informou que as professoras do Colégio Érico têm sempre buscado orientações e recursos para trabalhar com crianças que têm necessidades especiais, podendo observar o desempenho de cada um deles e da colega Deliane, que tem feito um trabalho de muita qualidade. Parabenizou o prefeito de Anguera, dizendo que a educação tem melhorado muito e ao Secretário por ter proporcionado essa experiência de trabalho.

Rosângela dos Santos, representante dos pais de alunos, afirmou que o transporte escolar, antigamente, era muito sofrido, que muitas vezes tinha que caminhar mais ou menos 2 (dois) quilômetros, mas que hoje o transporte chega mais próximo, e seus filhos têm uma segurança de chegar na escola; o carro chega no horário correto. Informou que hoje em dia tudo é mais acessível, inclusive água, que quando falta ela liga e o carro já chega para abastecimento. Assim, só tem a agradecer porque quando seus filhos estudavam em Feira de Santana tinham de levar comida e hoje as creches e escolas de Anguera possuem alimentação adequada.

Catiara Gomes, mãe de aluno, afirmou que a creche é do nível de uma creche particular, não havendo o que criticar. E tem visto o que está acontecendo na educação do Município e como tem melhorado no ensino de tempo integral. Parabenizou a todos, da diretora aos professores auxiliares, o que demonstra que a educação está no caminho certo.

Renata dos Santos Moreira, articuladora pedagógica, após saudar os membros do projeto, mencionou o Projeto Escola Aberta, que visa a aproximar ainda mais a comunidade da escola, aduzindo que um ponto trazido por sua filha foi o do combate aos preconceitos. Afirmou que houve uma roda de conversa no sábado na escola Arthur Vieira,

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO 6º OFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MPEDUC-BA

que falava justamente sobre saúde mental, sendo essa uma discussão muito importante. sendo feito não só o *bullying* mas incentivar na discussão da saúde mental, muito importante para os nossos alunos muito obrigado

Maria do Carmo de Jesus, aluna, expressou que gosta muito das professoras, que está estudando pela noite e que dá muito valor ao trabalho delas. Questionada pela Procuradora, informou que tem 80 (oitenta) anos de idade.

Bianca de Oliveira, psicóloga, iniciou sua fala afirmando que, na região, nenhum Município investe em saúde mental como o Município de Anguera. Destacou que, nas escolas do Município, se trabalha muito com conscientização, que é um dos nossos papéis, promovendo ações educativas para as escolas sejam relacionadas a *bullying*, seja relacionada à inclusão ou às questões emocionais. Informou que, como psicóloga, trabalha com famílias, com os professores e com os alunos, pois entende que deve ampliar a discussão para todas as pessoas. Aduziu que muito do que foi mostrado é apenas um recorte do que é feito mas nos perfis de *instagram* das escolas geralmente muitas outras ações são divulgadas. Finalizou se colocando à disposição para qualquer dúvida, bem como colocando à disposição dos demais colegas psicólogos, assistentes sociais e psicopedagogos da rede municipal.

Zildete de Carvalho falou sobre a importância da alimentação escolar e da existência de equipe multiprofissional nas escolas, por meio das quais se faz a descentralização do atendimento educacional especializado.

Leandro Nascimento discorreu sobre o projeto Ação em Movimento, que já está acontecendo nas quadras de Anguera e que é fruto da parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Esportes.

Nesse momento, algumas alunas do EJA fizeram questão de enaltecer suas escolas.

Adelina dos Santos afirmou que está em Anguera há 14 (quatorze) anos e nunca teve a oportunidade de ir para a escola, trabalhando sempre na roça. Disse que teve essa oportunidade de aprender e está gostando, completando dois anos que está em aula. Afirma que gosta muito da professora, dos alunos e que agora está conhecendo todos,

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO 6º OFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MPEDUC-BA

recomendando o estudo a todos os presentes.

Luzinete afirmou que gosta muito da professora, da diretora, das merendeiras e de todo mundo.

Finalizadas as falas dos inscritos em geral, foi dada ao Município a oportunidade de responder sobre a questão das quadras, levantada por **Maria Vitória Oliveira**.

A Secretaria interina afirmou que a quantidade de quadras ainda não é de 1 (uma) quadra por escola, então de fato há escolas sem quadra, no entanto, foi providenciada a cobertura de 3 (três) das quadras e foi finalizada a construção de mais uma.

Quanto à questão da segurança dos estudantes na ida às quadras, afirmou que tais estudantes devem ter 14 (quatorze), 15 (quinze) anos, que já têm autonomia para não ir acompanhados do professor. Afirmou que esses alunos são levados por alguém que está observando durante todo o percurso e que tais estudantes, muitas vezes, já vão desacompanhados dos pais à escola.

Passada a palavra aos demais componentes da mesa, **Jorge Henrique Teixeira de Mendonça**, auditor da CGU, iniciou sua fala mencionando a honra de representar a Controladoria Geral da União nesse projeto, que visa a incrementar o índice de desenvolvimento da educação no Município de Anguera. Afirmou que, segundo as projeções, o índice do IDEB do município provavelmente já melhoraria, mas que a atuação do Ministério Público serve como um elemento catalisador das mudanças necessárias. Apresentou algumas sugestões como a utilização, pelo Município, da Plataforma Contrata Mais Brasil, que oferece aos municípios a oportunidade de contratarem diretamente pedreiros e pintores para fazer pequenos reparos. Parabenizou o ente pela realização do credenciamento no transporte escolar, deixando como sugestão ao Município refletir sobre a quantidade de escolas para num futuro plano de educação equalizar melhor a aplicação dos recursos. Como sugestão na parte de alimentação escolar, destacou a possibilidade de o Município promover compras públicas centralizadas com os demais municípios da região. Ao final, distribuiu materiais educativos da CGU sobre ética e cidadania e também sobre a fiscalização de programas federais como o FUNDEB.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO 6º OFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MPEDUC-BA

Passada a palavra a **Murilo José Ribeiro Cerqueira**, Diretor do Núcleo Territorial de Educação NTE 19, representante do estado da Bahia, este parabenizou a iniciativa do MP e a parceira com os demais órgãos, percebendo que, em relação à primeira visita, houve muitos avanços, parabenizando as secretarias de Educação e Esporte. De modo geral, agradeceu ao prefeito pela sensibilidade e pela competência da equipe, e parabenizou a todos, se mantendo à disposição para, no que fosse possível, ajudar a melhorar ainda mais a educação no Município.

Regina Couto, vereadora, parabenizou os demais membros da mesa, pontuando as melhorias promovidas durante o desenvolvimento do projeto. Finalizou sua fala apontando que em Anguera não há uma educação perfeita, mas há uma educação digna e diferenciada.

Mauro Selmo Oliveira Vieira, prefeito, cumprimentou os componentes da mesa, agradecendo ao MPF pela presença, pelas orientações, notadamente na questão do credenciamento do transporte escolar, que ao final possibilitou o aumento do número de linhas e representou economia de recursos. Reconheceu a importância das orientações mencionando as melhorias mais importantes. Sobre as quadras escolares, pontuou que a ideia da gestão é implantá-las nas escolas principais, diminuindo a evasão escolar, tornando o ambiente escolar prazeroso e evitando, assim, a violência. Informou que o município alcançou o 8º lugar no ranking do IDEB na Bahia, mas quer o 1º lugar. Mencionou a importância da educação para a vida das pessoas, para independência e autoestima.

A Secretária **Reijane** agradeceu, mais uma vez.

O Secretário de Administração e Governo, **José Bispo Filho**, mencionou que a princípio muitas pessoas não queriam a presença do MPF, mas que o projeto aguçou o olhar da administração para corrigir os problemas.

A diretora e representante dos professores **Juciélia** saudou a mesa e aproveitou para fazer um pedido, que é a utilização do estádio municipal pelas crianças da creche. Indicou que já comprou o material e só falta combinar os dias de utilização, recebendo o sinal positivo do prefeito.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DO 6º OFÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MPEDUC-BA

O Procurador **Adnilson** finalizou sua participação, afirmando a importância do projeto e sinalizando a existência de um canal de comunicação para representação sobre eventuais irregularidades. Ressaltou, no entanto, que o objetivo dessa iniciativa não era investigar nem punir ninguém, mas sim promover mudanças concretas, por menores que fossem, para melhorar a vida dos alunos. Registrhou o empenho e a competência do secretário Iury, esclarecendo que Reijane o substituiu em grande estilo. Destacou, ao final, a necessidade de que as mudanças sejam aprimoradas para além do projeto MPEDUC e da fiscalização dos órgãos de controle. Concluiu que o projeto foi bastante positivo, agradecendo ao Município e às equipes como um todo.

A Procuradora **Ludmilla** expressou o quanto foi gratificante finalizar um projeto dessa importância, destacando como é recompensador melhorar as coisas através da atuação do Ministério Público Federal, mostrando-se orgulhosa. Agradeceu expressamente aos membros da equipe do MPF e das equipes do Município.

Encerrada a escuta pública, que também foi gravada com equipamentos de áudio e vídeo, foi confeccionada a presente ata pela servidora Mariana Carvalho Laborda, analista do MPU.

Anexo(s):

- 1- Arquivos de áudio da gravação da 2ª Escuta Pública do Projeto MPEduc executado no Município de Anguera/BA;
- 2- Apresentação do MPF - MPEduc - ANGUERA-BA - 18.03.2025; e
- 3- Apresentação da SECEDU - MPEduc - ANGUERA-BA - 18.03.2025.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00113748/2025 ATA**

Signatário(a): **ADNILSON GONCALVES DA SILVA**

Data e Hora: **03/04/2025 09:53:04**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **MARIANA CARVALHO LABORDA**

Data e Hora: **03/04/2025 10:16:45**

Assinado em nuvem

Signatário(a): **LUDMILLA VIEIRA DE SOUZA MOTA**

Data e Hora: **03/04/2025 10:18:15**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 9b82cf52.1faecf5f.6c4ca40f.cd0d56aa